



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 5941/09 - PRÉ-SAL / PETROBRÁS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1579/09	DATA: 23/09/2009
INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 16h18min	DURAÇÃO: 01h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h19min	PÁGINAS: 30	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Elaboração do roteiro dos trabalhos e deliberação sobre requerimentos.
--

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da primeira reunião ordinária, realizada no dia 16 de outubro. Indago do Plenário se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Dispensada a leitura da ata a pedido do nobre Deputado Cezar Silvestri.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico aos Srs. Parlamentares, aos que nos prestigiam com sua presença, alguns expedientes que aqui devem ser mencionados.

Ofício nº 92 de 2009, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, designando o Dr. Edson Martins de Moraes para prestar assessoramento técnico especializado, quanto aos aspectos de adequação financeira e orçamentária, a esta Comissão, bem como auxiliar o nosso Relator na elaboração do seu parecer.

Ofício da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados designando para assessoramento técnico legislativo o Sr. Wagner Marques Tavares. Temos a informação de que talvez haja uma alteração, mas, em princípio, esses 2 consultores estão designados para trabalhar conosco e com o nosso Relator.

Ofício do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do Bloco, indicando o Sr. Deputado Jurandy Loureiro, do PSC do Espírito Santo, para, na qualidade de suplente, integrar esta Comissão.

Ofício do Deputado Cândido Vaccarezza, Líder do PT, indicando a nobre Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte, para integrar, na



qualidade de suplente, a Comissão Especial. Aliás, destaque-se, uma participação significativa do Rio Grande do Norte.

Aproveito a oportunidade para comunicar que se encerrou, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas e que ao nosso Projeto nº 5.941/09 foram apresentadas 67 emendas. As emendas já foram publicadas em avulso e estão à disposição também na página da Câmara para consulta.

Por oportuno, quero mencionar a todos também que, na página inicial da Câmara dos Deputados na Internet, encontra-se agora um *banner* com o ícone *Pré-sal e a Câmara dos Deputados*. Ali os interessados poderão conhecer a composição da Comissão, acompanhar os trabalhos, ter acesso aos projetos, às emendas, conforme havíamos debatido aqui anteriormente e foi implementado. A meu ver, foi bom termos marcado esta reunião para hoje e não para ontem, porque permitiu que um número maior de requerimentos fossem apresentados para discussão neste instante.

A nossa Ordem do Dia é exatamente a discussão do roteiro e do planejamento de trabalho da Comissão e, em seguida, a deliberação de requerimentos.

Passo, neste instante, a palavra ao nosso Relator, Deputado João Maia, para que apresente a esta Comissão uma sugestão de roteiro de trabalho.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, membros desta Comissão, como é de conhecimento público, houve um acordo entre o Presidente Michel Temer, os Líderes do Governo e os Líderes da Oposição quanto à retirada de urgência do projeto com o compromisso desta Casa de votar os projetos relativos ao Pré-sal até o dia 10 de novembro, o que nos impõe um ritmo de trabalho muito intenso e acelerado. Tivemos a oportunidade de conversar com o Presidente para definir e submeter aos Deputados membros da Comissão um roteiro que procurasse agregar os principais temas e as principais questões que estão relacionadas à discussão do projeto que trata da capitalização da PETROBRAS.

Nós entendemos que devemos seguir o seguinte roteiro: em primeiro lugar, ouvir as questões institucionais e as questões de mercado. Nesse sentido, precisamos ouvir a CVM, porque o projeto, Dr. Ubiali, trata de capitalização; o



IBOVESPA e a BMF, que trata do mercado como um todo. Na verdade, a PETROBRAS é a empresa que mais peso tem no próprio Índice BOVESPA. Em segundo lugar, ouvir a sociedade como um todo, envolvendo os trabalhadores, os acionistas minoritários. Em terceiro lugar, ouvir a própria PETROBRAS e a Agência Nacional de Petróleo e Gás, porque, no projeto de lei, a ANP está encarregada de auxiliar a PETROBRAS na definição dos preços e da capitalização. E, por fim, ouvir o Governo, de onde vem a propositura do projeto de lei, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, que são os 2 Ministérios envolvidos diretamente nisso.

Nós temos pouco tempo. Entendemos que o projeto de capitalização da PETROBRAS, como um projeto âncora de todo o Programa do Pré-sal, precisa sair estruturado, consistente, juridicamente irretocável. A nossa ideia é que nós possamos ouvir, a partir da próxima terça-feira, o mercado, com audiências terças e quartas. Nós teríamos a minuta do relatório no dia 15 de outubro, apresentariamos o relatório final e faríamos uma reunião da Comissão — vamos discutir se a reunião é aberta ou fechada — para debater a minuta do relatório. No dia 20, nós entregaríamos o relatório. Nós temos 5 sessões para a apresentação de emendas.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Relator, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Há uma dúvida regimental. Nós vamos nos informar melhor. Proponho ao Deputado João Maia que termine de fazer a sua apresentação do roteiro como um todo. Em seguida, nós esclareceremos essa questão.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, o Relator João Maia mencionou o dia 15 e disse que depois, no dia 20, seria a próxima reunião. Mas o prazo seria de 5 sessões e não de 5 dias.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Não, Deputado, desculpe-me. A minha sugestão é de — acho que é o método de trabalho —, antes de apresentar o relatório, promover uma discussão prévia com os membros da Comissão, para apresentar um relatório formal no dia 20. A partir do relatório formal, nós teremos 5 sessões para a apresentação de emendas. Eu queria, na qualidade de Relator, ter a



oportunidade de discutir previamente, como se fosse uma minuta do relatório que seria apresentado no dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - O nobre Deputado João Maia fez a apresentação de uma sugestão de roteiro de trabalho. Uma cópia resumida disso foi entregue aos Srs. Parlamentares.

Destacamos mais uma vez, com muita alegria, a presença dos Deputados Marcelo Castro, Dr. Ubiali e Cezar Silvestri e todos os outros que passaram por aqui garantindo o *quorum* regimental. Eu vou organizar os trabalhos para eu poder recolher as contribuições. O Deputado João Maia propõe, então, que as audiências públicas — estou relendo aqui para dar ênfase, Deputado, e V.Exa. me corrija, se for necessário, por favor — concentrem-se em 4 blocos: num, a questão do mercado institucional (mercado acionário, regulamentação, agência reguladora de mercado); em outro, a sociedade (Conselho Curador do FGTS, por exemplo, trabalhadores, acionistas minoritários); em outro instante, a PETROBRAS e a ANP; finalmente, o Governo. São 4 blocos.

Temos hoje, na pauta, um conjunto de requerimentos que, depois, vão dar consistência a isso. E há outros que chegaram fora do prazo, e não teremos, provavelmente, condições de tratá-los aqui. Mas essa é a estrutura. Que essas audiências ocorram até o prazo máximo do dia 15, para que possamos, então, ter tempo — abre o Relator — para coelaboração do parecer: apresentação de uma minuta, discussão com os Parlamentares e revisão do conteúdo. Então, essa é a proposta.

Abro a palavra aos Parlamentares que solicitaram esclarecimentos, aos que quiserem falar e aos que quiserem fazer indicações. Peço que, além da organização das audiências públicas, V.Exas. se pronunciem também a respeito do dia da semana para as reuniões. Vemos a concorrência que há na Casa. O Deputado César, por exemplo, teve que vir correndo da Comissão da Agricultura; o Deputado Dr. Ubiali estava fazendo outras coisas, assim como o Deputado Marcelo e a Deputada Fátima, que também integra, a partir de hoje, esta Comissão, como já havíamos mencionado. Então, nós queremos saber se faremos reuniões às terças e às quartas. Há uma outra sugestão? Há uma prioridade? Vamos abrir a palavra para



que os Parlamentares possam encaminhar sugestões, pedir esclarecimentos e fazer propostas.

Deputado Dr. Ubiali com a palavra.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Jardim; Sr. Relator, Deputado João Maia; colegas Deputados, a proposta do Relator é boa. Entre os requerimentos que foram apresentados, eu mesmo apresentei 2 que podem ser enquadrados nos blocos anteriormente mencionados: no do Governo, queremos falar com o Tesouro, para ver exatamente qual é o custo disso para o País; no do mercado, pediremos explicação detalhada de como seria feito o lançamento. Sugerimos o nome de 3 pessoas para aqui comparecerem.

Em relação aos dias, temos que ter em mente que as audiências vão se estender. Uma coisa é fazer uma reunião como esta, que será rápida. Até por isso deixei pessoas me esperando no gabinete, com assuntos a tratar. Mas audiência pública é demorada. Então, penso que teríamos que fazê-las às terças à tarde, começando às 14h, assim teríamos tempo suficiente para chegar à Casa. E poderemos interrompê-las, se necessário, durante a Ordem do Dia; se bem que não sei se, regimentalmente, esse tipo de Comissão teria que interromper seus trabalhos. Se for necessário, nós suspenderemos a audiência. Começaríamos no máximo às 14h, às terças-feiras, e, eventualmente, às quintas-feiras pela manhã, sob protesto, porque quinta-feira é um dia em que já estamos terminando os trabalhos aqui. Mas seria às terças-feiras à tarde e às quintas-feiras pela manhã.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Vou falar um pouco com base na experiência que tive como Presidente de uma das Comissões da Casa.

Eu, particularmente, acho difícil fazermos reunião às quintas-feiras de manhã, até porque acaba trazendo certo constrangimento para o Presidente e para o Relator. Em todas as audiências públicas que eu fiz, com raríssimas exceções, nas quintas-feiras pela manhã, a participação dos Deputados foi muito pequena. E fica, realmente, extremamente desagradável. Convidamos pessoas para participar, pessoas que têm compromissos, têm sua agenda também bastante concorrida, elas



se deslocam para cá e, de repente, fica só o Presidente, ou o Relator, e, muitas vezes, nem eles podem estar presentes. Isso tem ocorrido em todas as Comissões.

Eu acredito que o mais prudente seria seguir o que o Relator disse: realizarmos reuniões às terças e quartas-feiras, nem que começássemos um pouco antes; em vez de começarmos às 14h, poderíamos começar às 13h30min. Mas as realizaríamos nas terças e quartas-feiras à tarde, porque, tenho certeza, será mais produtivo. Como — aí eu precisaria apelar à assessoria — não há deliberação, eu acho que a Ordem do Dia não impede que se dê continuidade às audiências públicas. E nada impede também que os Deputados, em caso de votação nominal, em revezamento, se dirijam ao plenário para votar e, em seguida, retornem, sem deixarmos de dar continuidade à reunião.

Acho que seria mais produtivo realizarmos audiências às terças e quartas-feiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, concordo com o Deputado Cezar Silvestri quanto à afirmação de que é melhor seguirmos o roteiro elaborado pelo Relator e aceitarmos a sugestão de nos reunirmos às terças e quartas-feiras à tarde. De fato não haverá impedimento durante a Ordem do Dia, porque não vamos deliberar. Nós poderíamos até avançar além da Ordem do Dia. E quando houvesse algum fato superveniente, alguma audiência mais importante, combinaríamos com todos os membros da Comissão uma reunião na quinta-feira.

Quer dizer, a princípio, faríamos as audiências às terças e quartas-feiras, às 13h30min ou 14h — tanto faz —, e também às quintas-feiras, quando houvesse necessidade. Acho nosso tempo aqui realmente muito exíguo. Talvez haja a necessidade de, além de utilizarmos as terças e quartas-feiras, utilizarmos também as quintas-feiras, desde que com a prévia concordância de todos e, naturalmente, com o compromisso de todos de participar, porque é muito constrangedor trazermos uma autoridade e não haver ninguém para ouvi-la prestar esclarecimentos.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Pelo que todos nós ouvimos, estão sacramentadas nossas reuniões de terça-feira. Nós vamos nos concentrar nas terças-feiras à tarde e, dependendo da necessidade, vamos nos reunir às quartas-feiras e, eventualmente, como disse o Deputado Marcelo Castro, também na quinta-feira, se acontecer de numa determinada semana termos necessidade de fazer 3 reuniões.

De qualquer forma, acho que todos estamos de acordo sobre as referências fundamentais. Vamos trabalhar para que todas essas audiências ocorram até o dia 15, para que, daí em diante, já com a apresentação de uma minuta, possamos ter o mais importante: tempo para debater e aperfeiçoar o parecer com o Deputado João Maia.

Então, nós vamos aprovar. Como ninguém teceu considerações, estou entendendo que estamos acatando também a sugestão do Relator de que teremos 4 grandes audiências, já mencionadas.

Considero, portanto, aprovada a sugestão de roteiro apresentada pelo Deputado João Maia, a qual vai constar de nossa ata.

Com a contribuição de nossa assessora, sobreveio uma dúvida regimental a que devo fazer referência diante de todos, sobretudo agora, com a presença do Deputado Carlos Zarattini, a quem saudamos.

Há aqui uma dúvida regimental. Como os Presidentes das Comissões temos discutido juntos o estabelecimento de um procedimento similar em torno do pré-sal, vamos aguardar. Mas, pelo que nossa assessora apresentou, caro Deputado João Maia, na medida em que o poder deliberativo final será do Plenário — a Comissão não é terminativa —, os procedimentos se alterariam. Não haveria o prazo de 5 sessões para emendas. Mas como isso é uma jurisprudência que vai informar as 4 Comissões do pré-sal, eu vou até fazer um requerimento formal de esclarecimento para, no momento oportuno, acertarmos isso.

Dependendo da interpretação, poderemos ter flexibilidade no tempo ou, mesmo que o Regimento não seja determinativo quanto a haver emendas, poderemos, no ritmo normal do trabalho, apresentar sugestões, e o Relator as acatar. Assim, na prática, faremos com que o emendamento ocorra.

Com a palavra o Deputado João Maia.



O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Realmente essa é uma questão da maior relevância. Venho da Relatoria — o Deputado Carlos Zarattini estava lá — de uma Comissão terminativa. Nós tínhamos, regimentalmente, de oferecer um prazo para emendas.

Deixem-me ver se estou entendendo. Nós aprovamos uma parecer nesta Comissão, e ele vai diretamente para o plenário, não cabendo, portanto, emenda na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Nosso Regimento, Deputado João Maia — e talvez não devamos nos estender muito no debate do Regimento —, em seu art. 119, diz que *“as emendas poderão ser apresentadas em Comissão no caso de projeto sujeito a apreciação conclusiva”*. E aí discrimina os procedimentos.

Do procedimento estabelecido pelo § 1º, de que as *“as emendas serão apresentadas no prazo de cinco sessões após a publicação de aviso na Ordem do Dia da Comissão”*, subentende-se tratar-se de um dispositivo que só tem validade no caso de emendas apresentadas a projetos sujeitos à apreciação conclusiva das Comissões.

Como há um pacto e está acertado que esse projeto será deliberado em plenário, cabe essa compreensão de que vai ao plenário o parecer do Relator, que receberá emendas no plenário, o que vai impor uma rediscussão dos prazos, no caso, do dia 10 de novembro, se isso se confirmar.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Mas a minha pergunta é: este humilde Relator apresenta um parecer, um substitutivo, esta Comissão pode aprová-lo ou rejeitá-lo, mas, de qualquer forma, esse mesmo parecer irá ao plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Se ele for rejeitado, compreende-se que o que irá ao plenário será o projeto, sem o substitutivo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, esta não é uma Comissão Especial? Pelo que entendo das Comissões Especiais, elas têm caráter terminativo, a não ser que pelo menos 10% dos Deputados peçam que a matéria vá ao plenário, como aconteceu com a Lei do Gás, por exemplo, que, se não me engano, não foi ao plenário, mas diretamente ao Senado Federal. Não foi assim, Relator João Maia?



O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - A Lei do Gás não foi ao plenário. Agora, se há acordo de ir ao plenário, há que se saber o seguinte: pelo que entendi, e isso é extremamente relevante, se não aprovarmos o parecer na Comissão Especial, o que irá ao plenário será o projeto original? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - É isso.

Vejam a situação que estamos vivenciando. As Comissões se organizam, seguem procedimentos, há essa regra que disciplina o caso de matéria conclusiva e, depois, há o recurso ao Plenário. Já há na Casa um acordo de que o projeto irá ao plenário. Se esse recurso ao Plenário é apresentado após a conclusão da Comissão, enquanto, do ponto de vista regimental, ela ainda estiver em vigor, poderá prevalecer seu caráter conclusivo.

Então, exatamente para dirimir essas dúvidas é que vou fazer um requerimento formal, que, aliás, pretendo apresentar sob a forma de questão de ordem ao Presidente, para que ele nos oriente, e tenhamos não só nesta Comissão mas em todas as 4 o mesmo procedimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Portanto, se ela tem caráter conclusivo, há que haver emendas na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Exatamente.

Se, por outro lado, antecipadamente, determinar-se a ida do projeto ao plenário, e a Comissão não tiver caráter conclusivo, poderá ser outra a dinâmica.

Vamos esclarecer isso, que, como diz o Deputado João Maia, é absolutamente relevante para os nossos prazos.

Todos de acordo?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Sr. Presidente, realmente a questão é absolutamente relevante. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Passamos, neste instante, à apreciação dos requerimentos.

Relembro que era fundamental fazermos essa análise antes da aprovação dos requerimentos, porque vão compor aquilo que está determinado no roteiro.

Seguiremos a relação já distribuída aos Srs. Parlamentares.

Requerimento nº 1/09.



Requerimento de autoria do nobre Deputado Carlos Zarattini, que “solicita seja convidado o Senhor Presidente do Conselho Curador do FGTS, o Ministro de Estado do Trabalho, Carlos Lupi, para prestar esclarecimentos visando compreender a repercussão das medidas adotadas com relação ao pré-sal”.

No mesmo sentido, foi apresentado o Requerimento nº 6/09, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que “requer audiência pública com o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, na qualidade de Presidente do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, para tratar de assuntos referentes à capitalização da PETROBRAS, nos termos do Projeto de Lei nº 5.941, de 2009”.

Consulto os Deputados autores do requerimento, Carlos Zarattini e Cezar Silvestri, sobre se gostariam de encaminhar.

Com a palavra o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, vou ser rápido. Acho que é de fundamental importância a presença do Sr. Ministro do Trabalho, até porque há uma reivindicação, hoje, já pública, por parte dos acionistas minoritários da PETROBRAS, no sentido da autorização de que eles possam utilizar o Fundo de Garantia para aquisição de ações, na capitalização que será feita. Só por esta razão, já há a necessidade da vinda do Ministro do Trabalho à Comissão.

Então, quero pedir apoio dos Srs. Deputados. Pergunto se vamos votar em conjunto os 2 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Nós temos que votar em separado. Nós não podemos agrupar.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Algum Parlamentar gostaria de caminhar contrariamente?

Passamos à votação.

Em votação um Requerimento nº 1/09, de autoria do nobre Deputado Carlos Zarattini.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado, também, o Requerimento nº 6/09, de iniciativa do Deputado Cezar Silvestri, apensado ao requerimento...



O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, V.Exa. tem que pôr em votação separadamente, porque V.Exa. disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - É verdade, Deputado. É verdade. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Dentro do mesmo espírito de buscar identidade de requerimentos, vou também colocar em votação, agora já com esse aprendizado, o Requerimento nº 2/09, de autoria do nobre Deputado Carlos Zarattini, que “solicita seja convidada a Sra. Presidente da CVM — Comissão de Valores Mobiliários, Maria Helena Santana, para prestar esclarecimentos, visando compreender a repercussão das medidas adotadas com relação ao pré-sal”.

No mesmo sentido, foi apresentado também o Requerimento nº 4/09, de iniciativa do Deputado Cezar Silvestri, que “requer audiência pública com a Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários — CVM, para tratar de assuntos referentes à capitalização da PETROBRAS (...)”.

Consulto os nobres Deputados Carlos Zarattini e Cezar Silvestri sobre se gostariam de encaminhar.

Há algum Deputado que gostaria de encaminhar contrariamente?

Passamos à votação.

Em votação os Requerimentos nºs 2/09 e 4/09, de iniciativa dos Deputados Carlos Zarattini e Cezar Silvestri.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3.

Requerimento nº 3/09, de iniciativa do Deputado Cezar Silvestri, que “requer audiência pública com o Sr. José Sergio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS, para tratar de assuntos referentes à capitalização da PETROBRAS (...)”.

Consulto o Sr. Deputado Cezar Silvestri sobre se gostaria de caminhar.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, acho que seria desnecessário fazer o encaminhamento, em virtude, logicamente, da importância de



ter o Presidente da PETROBRAS nesta Comissão, para tratar exatamente do assunto da capitalização da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Em votação o Requerimento nº 3/09.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 5/09, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que requer audiência pública com o Sr. Edemir Pinto, Diretor-Presidente da BMF — BOVESPA, para tratar de assuntos referentes à capitalização da PETROBRAS, nos termos do Projeto de Lei nº 5.941, de 2009.

Indago ao Deputado Cezar Silvestri se gostaria de encaminhá-lo. *(Pausa.)*

Consulto o Plenário sobre se algum Deputado gostaria de encaminhar contrariamente. *(Pausa.)*

Em votação o Requerimento nº 5/09.

As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento nº 7/09, de iniciativa do nobre Deputado Cezar Silvestri, que requer audiência pública com o Sr. Mauro Rodrigues da Cunha, Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa — IBGC, para tratar de assuntos referentes à capitalização da PETROBRAS, nos termos do projeto que esta Comissão analisa.

Consulto o Deputado Cezar Silvestri sobre se gostaria de encaminhá-lo. *(Pausa.)*

Consulto o Plenário se há a algum Deputado que gostaria de encaminhar contrariamente. *(Pausa.)*

Em votação o Requerimento nº 7/09.

As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento nº 8, de iniciativa do Deputado Cezar Silvestri, que requer audiência pública com o Sr. Edison Garcia, Superintendente da Associação de



Investidores no Mercado de Capitais — AMEC, para tratar de assunto referente à capitalização da PETROBRAS.

Consulto o Deputado Cezar Silvestri sobre se gostaria de encaminhá-lo.

Consulto o Plenário sobre se há a algum Deputado que gostaria de encaminhar contrariamente.

Passamos então à votação.

Em votação o Requerimento nº 8/09.

As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento nº 9/09, de iniciativa do nobre Deputado Cezar Silvestri, que requer audiência pública com a presença do Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para tratar de assuntos referentes à capitalização da PETROBRAS.

Consulto o Deputado Cezar Silvestri sobre se gostaria de encaminhá-lo. *(Pausa.)*

Consulto o Plenário sobre se há a algum Deputado que gostaria de encaminhar contrariamente. *(Pausa.)*

Em votação o Requerimento nº 9/09.

As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento nº 10/09, de iniciativa do nosso Relator, Deputado João Maia, que requer a realização de audiência pública...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado João Maia, Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Eu fiz esse requerimento, considerando a importância de ouvirmos essas pessoas. O Deputado Carlos Zarattini, o Deputado Cezar Silvestri, eles encaminharam, no meu ponto de vista, de forma mais aperfeiçoada. A Dr. Maria Helena Fernandes de Santana eles a estão substituindo pelo Presidente da Bolsa. Eu tinha convidado o Presidente do Conselho de Administração; tinha convidado também o Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado,



Secretário Executivo do Conselho Curador. Mas eles estão convidando o Ministro, que é a autoridade mais relevante.

Quero pois tirar de pauta o Requerimento nº 10, por me considerar atendido pelos outros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - É regimental o Deputado João Maia considerar que a CVM, o Conselho Curador e a BMF já estarem contemplados nos requerimentos anteriores.

S.Exa. retira seu requerimento.

Requerimento nº 11/09, iniciativa do nobre Deputado Chico Alencar, que requer sejam convidados os Srs. Paulo Passarinho, Presidente do Conselho de Economia do Rio de Janeiro; Fernando Siqueira, Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS; e Paulo Metri, Engenheiro das Indústrias Nucleares do Brasil, para debaterem, em audiência pública, o tema capitalização da PETROBRAS.

Ausente o autor do requerimento, Deputado Chico Alencar, indago se algum Parlamentar subscreve o requerimento apresentado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Sr. Presidente, gostaria de subscrever e acrescentar, com a permissão do Deputado Chico Alencar, um representante da Federação Única dos Petroleiros, que está diretamente interessada nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Nós vamos passar, então, ao encaminhamento do Requerimento nº 11, já descrito aqui, com o adendo feito pelo Deputado João Maia, de que seja incorporada também a representação da Federação Única dos Petroleiros — FUP.

Algum Deputado deseja encaminhar? *(Pausa.)*

Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 11/09.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

APROVADO.

Nós temos dois outros requerimentos.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Pela ordem, Deputado Cezar Silvestri.



O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Pelo que nós vimos, nós temos tempo bastante exíguo, e deveremos realizar, no máximo, algo em torno de 6 audiências públicas.

Eu gostaria de fazer uma questão de ordem. Regimentalmente, não sei se é preciso deliberar, mas as audiências públicas ficariam a critério da Presidência e da Relatoria no sentido de se acoplar esses requerimentos, ou não?

Eu quero dizer o seguinte: por exemplo, dentro do roteiro feito aqui, há vários requerimentos que solicitam a participação de especialistas no mercado, além de vários outros que solicitam a participação de trabalhadores, acionistas e de representantes da própria sociedade. Esses requerimentos serão unificados em uma audiência pública, ou cada audiência pública será solicitada por requerimento aprovado de forma separada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - É muito importante o esclarecimento solicitado pelo Deputado Cezar Silvestri.

Vejo que temos aqui até alguns Parlamentares que chegaram após nós termos votado e aprovado o roteiro apresentado pelo Deputado João Maia.

Eu queria que nossa assessoria fizesse chegar esse roteiro do Deputado João Maia aos Parlamentares que ainda não o receberam. Ele propõe uma estruturação do nosso trabalho aqui — repito: já aprovada —, em que nós faremos 4 grandes audiências públicas. Então, todos esses requerimentos, Deputado Cezar Silvestri, que nós aprovamos nós os encaixaremos nesse roteiro. É como se nós tivéssemos um esqueleto que vamos recheando com a presença dos convidados sugeridos pelos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, não tenho dúvida de que esse é o melhor encaminhamento. A única dúvida que eu tenho, e por isso a questão de ordem, é sobre se há necessidade de o Plenário deliberar, dando autorização ao Relator e ao Presidente no sentido de eles unirem esses requerimentos, ou não. Se houver necessidade, seria importante colocar já em votação esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Deputado, nós encaminhamos uma estrutura de, nessa ordem, ouvir o chamado mercado, de ouvir a sociedade e os



trabalhadores, de ouvir a PETROBRAS e a Agência Nacional de Petróleo, e, por fim, ouvir o Governo. Eu acho que é uma estrutura que nos capacita.

Vamos ouvir o Governo por último, porque, afinal de contas, ele é autor do projeto e vamos, ao final, saber do apoio e também das restrições ao projeto.

Então, eu gostaria de sugerir ao Presidente e à Secretaria da Comissão que nós começássemos convidando a CVM, a BMF, para a primeira reunião, e a sociedade para a segunda — todos acoplados.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Relator, eu concordo plenamente em que o melhor encaminhamento é o que V.Exa. propõe. A dúvida que tenho é sobre se há mesmo necessidade da aprovação do Plenário, ou se o Relator tem autonomia para decidir esse procedimento. Só isso. Se o Relator tiver autonomia, não há o que discutir. Nós concordamos com o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Vamos pedir ao Deputado João Maia que conclua. Vou responder a V.Exa. em seguida, Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Se dependesse de mim, eu submeteria isso ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Quero ressaltar, antes de dar um retorno a essa questão de encaminhamento levantada pelo Deputado Cezar Silvestri, que eu já havia mencionado aos Srs. Parlamentares — e já saudamos o Deputado Jurandy Loureiro — sua indicação feita pelo Líder Henrique Eduardo Alves, que fez com que S.Exa. viesse compor o quadro desta Comissão, e reiteramos a sua presença também nessa saudação. Deputado Nelson Meurer, também quero saudar a sua presença, assim como a do nosso Deputado Eduardo Sciarra, e agradecê-lo por isso.

Infelizmente não colocaremos em votação, por falta de quorum, porque exigiria votação nominal, alguns requerimentos que chegaram posteriormente. Um deles, de iniciativa do Deputado Otavio Leite, sugere nomes para serem aqui partícipes. Outro, do Deputado José Carlos Aleluia, também sugere membros para a audiência pública, assim como 2 outros requerimentos encaminhados pelo Dr. Ubiali, Deputado integrante desta Comissão. Serão pautados para a próxima reunião, nobre Deputado Cezar Silvestri; e novos requerimentos, acredito que virão.



Compreendo que é uma prerrogativa regimental do Presidente organizar as audiências públicas, compondo de acordo com as deliberações da Comissão. Foi definido aqui um roteiro de modo a que não se faça uma audiência para cada requerimento. Só hoje aprovamos aqui 10 requerimentos. Somente um foi retirado. Então, se para cada um houvesse uma audiência, teríamos 10 audiências. Entendo eu que seja uma prerrogativa regimental do Presidente organizar os trabalhos, mas é lógico que um amparo dos Parlamentares para que isso possa ser feito também é algo que confortaria esta Presidência, que na próxima reunião apresentaria, inclusive junto com o Relator, o detalhamento dessas audiências.

De qualquer forma, é nossa disposição, até à luz do que foi aprovado, já marcamos a próxima reunião, dia 29, terça-feira, convocando a CVM e a BOVESPA para que aqui estejam, conforme sugestão do Relator.

Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Como esses 4 ou 5 requerimentos que entraram extrapauta ficaram para a próxima semana e eventualmente outros — eu mesmo pretendo apresentar — não serão aprovados antes dessa reunião do dia 29, caso esses requerimentos tenham alguma coisa relacionada à parte institucional ou ao mercado, perderíamos a oportunidade de trazer para o debate pessoas que viessem falar sobre essa questão do mercado ou institucional. Teríamos uma outra oportunidade para fazermos a discussão? Não temos uma reunião antes desta do dia 29 para aprovar esses requerimentos.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI- Imagino que poderíamos fazer uma reunião extraordinária e tentar aprovar os requerimentos, porque senão vamos perder a oportunidade de no dia 29 termos alguns dos que vierem a ser convidados para tratar dessas questões, e não teríamos datas para ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Partilho da mesma apreensão de V.Exa. Imagino que poderíamos ter uma reunião extraordinária amanhã cedo. Acho que corremos o risco de acabarmos não conseguindo de hoje para amanhã fazer essa reunião. O que imagino, Deputado Eduardo Sciarra, e quero ver se contemplamos essa preocupação, é que não podemos abrir mão, nesse instante, dessa disposição que temos de convocar audiência para a semana que vem. E ficaria em aberto, se tivermos alguma sugestão de nomes relevantes



nessa área de mercado institucional, faríamos uma complementação em uma das próximas audiências públicas. Haveria um esforço para vermos antes, mas acho que fica inexequível fazermos anteriormente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - E se tentássemos aprovar hoje esses extrapautas com o consentimento do Plenário?

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, uma questão de ordem com o intuito de auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - No caso dos requerimentos extrapautas, se tiverem apoio — não sei qual percentual — de um terço dos Deputados, eles precisam ser votados nominalmente? Mesmo com o apoio, eles precisam ser votados nominalmente?

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Deputado Chico Alencar chegou agora. Eu sei que estão vindo mais Deputados para cá. Quem sabe poderemos ter oportunidade e resolvemos esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Queríamos até ressaltar a alegria de termos aqui o Deputado Eduardo Lopes, que também compõe a nossa Comissão. Deputado Eduardo Sciarra, nós somos escravos do Regimento e da regra, porque é isso que garante a institucionalidade, mas temos que olhar o conteúdo. Do ponto de vista dos requerimentos que temos em mãos, que são 4, vou entrar no conteúdo: o Deputado Otavio Leite propõe convidar ex-presidentes da PETROBRAS e do BNDES. Não teria incidência nessa primeira audiência. O Deputado Aleluia propõe convidar diretores da PETROBRAS, diretor de um centro de estudo da UNICAMP e uma ex-procuradora da ANP. Não tem incidência sobre a primeira audiência institucional e de mercado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - E há um diretor financeiro com relações com investidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Então, mas nós vamos ter o momento da vinda da PETROBRAS. Depois, o requerimento do Deputado Dr. Ubiali propõe o convite — exatamente o que foi deliberado aqui, é que não pudemos reunir — a vinda da Dra. Maria Helena, da CVM, já aprovada; do Dr. Edemir, da BMF, já aprovada; e do presidente da PETROBRAS, já aprovada. E, finalmente, o



Deputado Dr. Ubiali propõe ainda que sejam convidados o Sr. Delfim Netto e o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, que teriam oportunidade de vir em outros momentos; no caso do Secretário do Tesouro Nacional, juntamente com o Ministro da Fazenda, e o Sr. Delfim Netto, com a sociedade de especialistas. Então, acho que podemos correr esse risco, e se nós depois identificarmos algum problema, veremos isso mais adiante.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Eu iria propor, não o fiz ainda, e imaginei que pudesse fazê-lo num outro momento, a presença de um especialista em direito societário para que nós pudéssemos ouvi-lo a esse respeito. Acho que temos a oportunidade de encaixar isso. Não o fiz, vim para a reunião sem preparar isso, prepararia agora se houvesse tempo, mas eu gostaria de ouvir algum especialista na área de direito societário. Isso, evidentemente, pode ser feito num outro momento. Nada impede que nós encaixemos isso numa outra audiência, talvez quando vierem os acionistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito bem. Pois não, Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - O Relator falou que na primeira audiência viriam a BOVESPA e a CVM. Eu tenho um requerimento que solicita a vinda do superintendente da AMEC, que é a Associação de Investidores em Mercado de Capitais, e eu acho que poderia vir na primeira audiência pública juntamente com....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - A idéia original, Deputado Cezar Silvestri, é que num primeiro momento viriam a BOVESPA e a CVM, agentes reguladores, e que os acionistas viriam num segundo momento, tanto a AMEC quanto o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Mas eu acho que foi muito útil essa conversa, porque ninguém tem um modelo pronto, ninguém tem certezas absolutas, e com isso vamos aprimorando os nossos procedimentos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO LOPES - Sr. Presidente, somente para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado Eduardo Lopes, em seguida o nosso Relator.



O SR. DEPUTADO EDUARDO LOPES - Pelo ritmo das audiências, seria uma por semana? Eu cheguei, infelizmente, atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Há um cronograma inicial que é este.

O SR. DEPUTADO EDUARDO LOPES - Não tinha visto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Pois não. Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Nós temos, Deputado Sciarra, e daí a nossa preocupação, minha e do Presidente, um acordo feito pelos Líderes da Casa e pelo Presidente Michel Temer com o Poder Executivo de que em troca da retirada da urgência constitucional nós teríamos uma data de 10 de novembro. Eu estou dizendo isso porque é muito relevante, pois, por mais que nós queiramos, e talvez fosse o ideal estendermos o debate, nós temos uma data para apresentação.

Nós trabalhamos, no cronograma inicial, como é uma Comissão Especial, para concluir o relatório, e acho que é da praxe, pelo menos é da minha convicção, pelo menos um relatório preliminar, que seria discutido na Comissão e, se necessário, ainda poderíamos consertá-lo antes de levá-lo a votação. Teríamos um cronograma muito justo, muito apertado.

A nossa assessora, competente, disse que como iremos, de qualquer forma, ao plenário, não existirá o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas a serem analisadas pelo Relator e avaliadas pela Comissão. O Presidente ficou de levantar uma questão de ordem para saber se é isso, porque gerou dúvida se não teríamos que avaliar emendas na Comissão. Não tendo que avaliar, temos um prazo mais elástico. Poderíamos aproveitar e convidar o contraditório, que poderia nos dar essa visão, essa luz.

Na verdade, quando apresentamos o cronograma, apresentamos a forma de trabalhar, o esqueleto, o cronograma, dentro de um roteiro para que até o dia 10 de novembro pudssemos votar em plenário. É um compromisso da Casa, não é do Governo nem da Oposição. Este foi um acordo trabalhado, construído.

Portanto, vamos agrupar os assuntos e trazer aqueles que consideramos essenciais, vitais, aqueles que sem ouvi-los é quase impossível caminharmos adiante.



O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Nobre Relator, poderia fazer uma explanação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado Eduardo Sciarra. Em seguida, Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, trabalhamos juntos com o Deputado João Maia na Lei do Gás, que fez um trabalho brilhante, ouviu, teve paciência e boa vontade. Fizemos um belo trabalho. Tenho certeza que vai se repetir aqui durante a discussão nesta Comissão.

É importante que tenhamos este contraponto. Vamos ouvir, por exemplo, nas últimas reuniões, 8 e 15 de outubro, o Governo. Em determinado momento, nesta Comissão, o Governo vai se posicionar sobre a capitalização. É importante não termos só a visão do Governo sobre este problema; é importante termos a visão do contraditório, ter a visão, por exemplo, de alguém que vá se contrapor a esta situação, se vai prejudicar o acionista minoritário ou não.

Por isso, essa minha sugestão.

Quero apresentar um requerimento que possa ser encaixado no grupo 4, num dos 2 debates, para ouvir alguém que possa contrapor-se àquilo que o Governo vai expor, do ponto de vista da constitucionalidade, ou da possibilidade de se fazer a capitalização da forma que o Governo está propondo.

O objetivo era este.

Gostaria de poder apreciar na próxima reunião requerimento que vou apresentar para que façamos este debate, que vai, com toda certeza, por intermédio do contraditório, nos dar oportunidade de avançar no assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Considero que este assunto foi esclarecido, que esse padrão foi aceito por nós.

Deputado Nelson Meurer com a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, na mesma abordagem que o Relator João Maia fez, quero só pedir um esclarecimento.

A Comissão vai tratar somente da capitalização da PETROBRAS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - O objeto da Comissão é o Projeto nº 5.941, que trata da capitalização.



O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Acho, até pelo prazo curto que temos para discutir, como falou o Deputado João Maia, 10 de novembro, um exagero convidar tantas autoridades na área da capitalização da PETROBRAS para tratar do mesmo assunto. Se convocássemos para uma audiência pública umas 3 autoridades importantes, já teríamos uma solução. Vamos convocar os Ministros do Trabalho, da Fazenda e o Presidente da PETROBRAS. Acho que estamos exagerando, pelo curto espaço que temos, em convidar tanta gente para falar da mesma coisa praticamente.

Por isso, acho que deveríamos pensar um pouco e discutir para o que o Deputado João Maia possa fazer um relatório importante.

Esta é a observação que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado João Maia pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Deputado Nelson e Deputado Sciarra, a opção que fizemos na organização do trabalho foi começar pelo contraditório: trazer a BOVESPA, onde são negociadas as ações, e a Comissão de Valores Mobiliários, que é o regulador do mercado de ações. Vamos começar por aí, precisamos ouvi-los e perguntar se esse projeto tem algum problema.

Segundo, 32% do capital da PETROBRAS são do Governo, apesar de o Governo ter o controle pelo mecanismo de ações ordinárias e preferenciais, mas 70% do seu capital estão nas mãos de pequenos poupadores brasileiros, inclusive de trabalhadores que usaram o Fundo de Garantia para comprar ações da PETROBRAS incentivados pelo próprio Governo.

No segundo bloco, queremos ouvir como os representantes desses trabalhadores — daí o Conselho Curador do FGTS e a associação dos minoritários — estão vendo isso, qual é a sensação que têm, qual é a preocupação que podemos incorporar.

Terceiro bloco — e aí o tempo é curto mesmo —, PETROBRAS e a Agência Nacional reguladora, porque no projeto de lei temos uma questão básica: vamos capitalizar os 5 bilhões de barris de petróleo a que preço? A ANP vai ajudar? Quais são os critérios? O que a PETROBRAS e a ANP estão pensando?



Por último, Deputado Sciarra, não vamos ouvir o Governo e depois o contraditório do Governo. Ou seja, quando o Governo vier, teremos ouvido aqueles que são afetados diretamente pelo projeto de capitalização.

O roteiro foi pensado dessa forma. Na verdade, são 4 blocos de audiências públicas que esta Comissão tem a oportunidade de fazer.

Realmente, o prazo é curto. Vamos trabalhando ao longo do tempo, modificando o relatório à medida das discussões nesta Comissão e nas audiências, mas não é possível fazer, infelizmente, uma audiência prolongada para ouvir todas as pessoas por causa do prazo limite, 10 de novembro. Hoje são 23 de setembro.

Agradeço a observação de V.Exa., mas acho que esses 4 blocos são, no mínimo, essenciais. Como a Comissão de Valores Mobiliários vê um projeto de capitalização? Não vamos capitalizar em dinheiro, mas a preço futuro de óleo. Acho que fazer um projeto de lei bom para o Brasil, com consistência jurídica, com consenso nesta Casa, é absolutamente fundamental.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, só para contradizer a observação. Note-se bem. A PETROBRAS é uma companhia de capital aberto, está na Bolsa de Valores. Se o Ministro ou o Governo Federal resolvem autorizar os funcionários que utilizam o Fundo de Garantia a aplicar na Bolsa, o que se há de fazer? Nada. Nem a PETROBRAS nem a Bolsa de Valores podem fazer nada. Eles vão entrar na bolsa com autorização do Governo.

Então, temos de pensar bem para não discutirmos aqui uma coisa que não tem nada a ver com a outra. Pelo menos é esse o meu pensamento. Se a PETROBRAS é uma companhia de capital aberto com ações na Bolsa, e o Governo autoriza os trabalhadores a utilizar parte do Fundo de Garantia para a compra de ações, isso é outro problema. Não tem nada a ver com a Bolsa, não tem nada a ver com a PETROBRAS. Vão comprar as ações que estão disponíveis na Bolsa para compra.

Era essa a observação que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - O Deputado Nelson Meurer tem razão. A característica dessa emissão é ser uma emissão especial. É o que os técnicos



chamam de emissão primária, de emissão fechada. Só pode entrar no processo de capitalização quem já tem ação.

A questão é saber se os portadores de Fundo de Garantia que já exerceram essa opção podem ou não continuar a exercê-la. Essa é uma discussão muito nobre, porque há gente que defende que o melhor é o Fundo de Garantia ser destinado à construção de habitações. Quer dizer, precisamos ouvir as partes.

Não se trata da emissão que chamamos de secundária. Quer dizer, ela é destinada aos atuais portadores de ações da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Srs. Deputados, vamos ouvir todos.

Estão inscritos o Deputado Eduardo Sciarra, o Deputado Cezar Silvestri e depois o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Deputado João Maia, estão previstas 2 datas para o Governo vir falar. Temos de estabelecer o contraditório, sim. Não é simplesmente com a CVM ou com a participação que se dará no primeiro bloco. A União vai pagar a PETROBRAS pelo aumento de capital por meio da entrega de títulos da dívida pública. Por isso, temos de fazer o debate, sim.

Se colocarmos o Governo em 2 datas para falar sobre isso, não vamos estabelecer o contraditório.

Ao apresentar meus requerimentos, espero que eles sejam apreciados tendo em vista a possibilidade de compor essas reuniões justamente para fazer o contraditório, porque temos uma posição e queremos debatê-la nas audiências públicas.

Insisto na necessidade de fazermos o contraditório, porque precisamos discutir isso que o Governo está se propondo a fazer: uma entrega fictícia de algo que não existe física e formalmente. Não estou propondo nada diferente do que está no roteiro. Minha ideia é que numa dessas audiências seja colocada a possibilidade de ouvir o contraditório do que o Governo vai apresentar. É isso que estou propondo. Deixo registrada a necessidade de termos essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, novamente, meu intuito é colaborar.



O primeiro ponto é com relação ao que o Deputado Nelson Meurer levanta. Acredito que a autorização para que os acionistas minoritários possam utilizar o FGTS não é autonomia do Ministro; é preciso autorização legislativa. Ninguém tem autonomia para liberar ou não a utilização do Fundo de Garantia. É preciso constar na lei. Por isso a importância desse debate. Para que essa autorização seja feita é preciso aprovação do Plenário da Casa.

Segundo ponto, Sr. Presidente: foi feita uma pergunta aqui, não lembro por qual Deputado, sobre se faríamos 1 ou 2 audiências públicas por semana. Pelo que estou vendo, é preciso fazer 2, devido ao prazo. E mais, acredito que a questão de ordem que o Presidente vai fazer, talvez hoje, no plenário, com certeza — essa é a visão que tenho —, em função de sermos uma Comissão Especial e o Regimento classificá-la como terminativa, ela terá que abrir o prazo de 5 sessões, independentemente do acordo de que o projeto irá ao plenário. Porque o Regimento é claro: a Comissão Especial é conclusiva, então tem-se que abrir o prazo de 5 sessões. Desde já temos que trabalhar com essa hipótese, que seria a pior, porque o nosso tempo seria menor ainda. Então, por essa razão, teríamos que ter 2 audiências por semana, a partir da próxima, na terça-feira e quarta-feira. Temos que caminhar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado Chico Alencar. Em seguida, o Deputado Sciarra.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O nosso grande adversário aqui não é a falta de vontade de fazer um bom trabalho, mas o tempo. Eu entendo que o roteiro, em linhas gerais, é bom, é possível e tem eficácia, mas eu problematizaria apenas a ordem. Acho também que, no dia em que vierem a PETROBRAS e a ANP — vamos considerar 2 representantes —, ter alguém de um outro polo para fazer o contraditório e atender essa demanda, se for possível, não seria problemático não. Agora, será que o mais correto, para a própria organização da reflexão e da produção do parecer, seria começar com o mercado, com o institucional, com a CVM, que é um órgão fiscalizador, que tem que ter postura mais recatada, pelo menos inicialmente, ou começar com o próprio Governo, com o Executivo, que é o proponente dessas medidas? A ordem dos fatores não altera a essência do produto, mas pode nos ajudar na dinâmica dos debates.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Deputado Eduardo Sciarra. Em seguida vou pedir que se manifeste o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Eu tive a oportunidade hoje de participar da audiência pública conjunta das Comissões de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico com o Presidente da ANP. E um questionamento que eu fiz foi justamente sobre a independência e a autonomia da agência reguladora com relação à PETRO-SAL. A posição e a resposta do Diretor-Geral da ANP coincidiram com uma entrevista dele ao *Estado de S. Paulo* que eu li. Ele quase falou mais como representante do Governo do que da agência reguladora. Então, a indagação do Deputado Chico Alencar é pertinente.

Com relação a se colocar — e eu insisto nisso — o contraditório na discussão com as ações do Governo, temos de ter em mente que o Governo vai fazer a sua capitalização num volume de 5 bilhões de barris de petróleo. Vai ser preciso definir um valor para isso. O Governo não disse ainda como vai fazer essa avaliação. Então, precisamos ter condições de debater isso, inclusive com pessoas que vão poder avaliar essa situação. Como é que vai ser? A PETROBRAS vai indicar alguém, a ANP, o Governo? Isso não está dito. Não está claro como vai ser feita essa avaliação. Nós precisamos saber isso. O debate também é para essas coisas. Por isso eu gostaria de insistir em que tenhamos a possibilidade do contraditório, para termos o melhor esclarecimento de todos, ao apreciar o parecer.

Eu confio plenamente que o Deputado João Maia vai fazer o melhor trabalho possível, como tem feito no Congresso em todas as suas intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - É uma coisa muito positiva, porque o debate começa a entrar. É uma reunião organizativa, mas a organização não é neutra, a forma como se estrutura o trabalho, como se estabelece o conteúdo. Eu estou achando isso bom. Tenho certeza de que o nosso trabalho vai ser com essa mesma qualidade.

Os termos em que essa capitalização pode ser feita é o que estamos discutindo, além da participação e da preservação dos acionistas, definições de valor, procedimentos etc.

Do ponto de vista estritamente organizativo, já está acatada de pronto pela Presidência essa questão do Deputado Cezar Silvestri de fazermos 2 reuniões por



semana, até para que não corramos o risco de, depois, queremos fazer algo mais, no tocante a uma ideia que surja, a uma abordagem, e não termos tempo.

Peço então que, sobre a questão do encadeamento das discussões, sobre o contraditório, se pronuncie o nosso Relator e autor da proposta de trabalho, Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - Deputado Chico Alencar, veja, o pré-sal virou uma discussão que o Governo tem conduzido. Hoje, o Presidente da ANP participou aqui de uma reunião conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Minas e Energia. Um jornal do Distrito Federal, o *Correio Braziliense*, acaba de realizar um grande seminário sobre o pré-sal. Há uma discussão nos plenários desta Casa e do Senado Federal sobre a importância do pré-sal. Eu mesmo acredito que o pré-sal, sendo bem trabalho, representa uma reserva que pode ser uma grande esperança para o Brasil. Aliás, tudo o que temos de riqueza e é mal usado, desde o ouro, lá de Minas, a cana-de-açúcar, do Nordeste, é finito. Seu valor depende de como se usa. Acredito, e estou convencido, que deveríamos — para ouvirmos o Governo e o contraditarmos, para quem tiver vontade de fazê-lo — ter antes as informações que não são do Governo. Então, a minha convicção do roteiro é para chegar e dizer o seguinte: *“Olha, você está me falando isso, mas, na verdade, o que eu ouvi de outros especialistas é que essa questão não é bem assim”*.

É evidente, Deputado Eduardo Sciarra, que a questão do valor, do preço, é vital, crucial. Talvez nesse projeto de lei, se os senhores me ajudarem, possamos incluir regras que não deixem dúvidas quanto à correção com que isso vai ser feito. Então, a minha defesa da ordem tem a ver com isso.

Eu queria, não só para mim, como Relator, mas também para todos nós, que nos preparássemos com opiniões diversas, para que, quando os representantes do Governo aqui chegarem, possamos ter uma discussão mais parelha, mais igual. Eu nunca desconsidero como política a discussão sobre o pré-sal. Existe a questão ideológica entre Governo e Oposição, mas, como estamos pensando num projeto de médio e longo prazo...

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - A capitalização, não. É já.



O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA - É, mas a capitalização, dentro do modelo que está proposto, é um pilar absolutamente indispensável. A não ser que se queira modificar o modelo. Aí já é uma outra discussão, que perpassa as outras Comissões: a questão da partilha, que está ligada à mudança do modelo de concessão.

Temos uma discussão absolutamente benéfica, que eu gostaria de relatar, mas o Deputado Palocci disse: *“Não, eu vou cuidar do que vamos fazer com o dinheiro desse petróleo. Vamos colocar em educação, em ciência e tecnologia”*. Quer dizer, é a discussão boa. Essa é a do bem. Há discussões técnicas, há que se discutir governança, mas essa é a boa discussão, não é Deputado Arnaldo?

Na verdade, a criação da PETRO-SAL, a capitalização da PETROBRAS, a troca do regime de concessão para o pré-sal, no futuro, para regime de partilha, isso tem um ponto de partida, que passa pela capitalização — não é Deputado José Mentor? — da PETROBRAS.

Então, eu diria que esta Comissão tem uma responsabilidade, Presidente Arnaldo Jardim, maior do que a das outras Comissões, porque vamos construir o pilar de onde começa a discussão desse modelo. E ele não vai funcionar, se começarmos mal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Senhores, acho que, fruto desse debate, estabelecemos e aperfeiçoamos algumas das premissas e aprovamos o nosso roteiro, que, todos sabemos, não é pronto e acabado, em função do dinamismo dos trabalhos.

Acho que 2 questões sobraram dessa última rodada. Primeiro, vamos imprimir uma dinâmica de fazermos 2 audiências por semana, para que até aquilo que vier a mais possa ser visto. Segundo, há disposição, reiterada por todos, de fazer-se uma reunião depois até de ouvirmos o Governo. Tudo isso são possibilidades. Há disposição de sempre termos aqui um debate mais franco e preservar sempre a manifestação do contraditório. Nós não vamos fazer aqui debates que sejam todos simplesmente numa mesma tonalidade.

Então, posto isso, eu queria agradecer muito a presença a todos os senhores. Já temos 4 novos requerimentos, que estarão no Item nº 1 da pauta da nossa próxima reunião. E já temos a nossa próxima reunião marcada para o dia 29, às



14h. Peço a todos que estejam presentes, no horário, a fim de que tenhamos o maior tempo de debate possível.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, só uma dúvida...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...do retardatário. No dia 29 já teremos a primeira audiência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Terça-feira que vem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Terça-feira que vem teremos nossa reunião ordinária e a audiência pública. Vamos fazer uma reunião muito rápida de aprovação dos requerimentos e também a nossa audiência pública, às 14h. Está bem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Presidente Arnaldo Jardim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Uma saudação ao Deputado José Mentor, com muita satisfação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, primeiro, quase entrei de joelhos aqui hoje, pois não pude participar da primeira reunião para ter o prazer de, mais uma vez, votar em V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - E não o fiz porque, tanto quanto V.Exa., tenho outras atribuições. Eu estava no Grupo de Trabalho de Consolidação, em que V.Exa. também nos honra com sua presença. Segundo, porque me atrasei aqui por um outro motivo: tive a satisfação de poder encaminhar hoje na Comissão de Finanças e Tributação um projeto de repatriação de capitais, que foi aprovado lá. Então, fico satisfeito por isso.

Mas quero, de novo, de joelhos, dizer a V.Exa. que no dia 29 não vou poder estar aqui presente, porque vou para Roma, Presidente, verificar por que a Itália está fazendo, pela terceira vez, o repatriamento que queremos fazer pela primeira.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para se ajoelhar diante de Sua Santidade o Papa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - A pedido de V.Exa. (Risos.)



Então, quero me desculpar preventivamente e dizer que nas próximas reuniões quero acompanhar com muita dedicação o trabalho de V.Exa. e do nosso Relator, João Maia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Quero perguntar a V.Exa. se V.Exa. aceita alguma proposta de substituição nessa missão a Roma. Brincadeiras à parte, agradeço muito a V.Exa. a manifestação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Cumprimento-o pela aprovação do projeto. Esperamos que da Cidade Eterna V.Exa. traga as luzes e no compense depois, nas outras reuniões, com sua presença muito assídua e de qualidade, como sempre tem feito aqui com a sua participação.

Muito obrigado a todos. Até a próxima terça-feira, data da nossa reunião ordinária e de audiência pública.

Está encerrada a reunião.